

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: “A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”

Volume 22 | Número 2 | Ano/período: maio/agosto 2023

Edição eletrônica

DOI: DOI 10.5335/srph.v22i2.14898

ISSN: 2763-8804

História Regional:

análises historiográficas

Mateus Manfrin Bonavigo¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

BONAVIGO, Mateus Manfrin. História Regional: análises historiográficas. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p. 245-261, mai-ago, 2023.

Recebido em: 10/04/2023 | Aprovado em: 01/05/2023 | Publicado em: 20/07/2023

¹. Estuda mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), com bolsa CAPES (2022). Pertencente a linha de pesquisa Política e Relações de Poder. Possui graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (2020).

História Regional: análises historiográficas

Resumo

A História Regional é composta por inúmeras áreas de pesquisas, entre as quais podemos ressaltar as características e conceitos que são englobados na construção do conhecimento. Perante o senso comum é complexo distinguir as características que compõem o estudo de História Regional. Neste trabalho buscamos analisar historicamente os conceitos e os debates que fazem parte desse processo de conhecimento e da compreensão de região.

Palavras-chave: História regional. Região. Regionalismo. Representação.

Regional History: historiographic analysis

Abstract

Regional History is composed of numerous areas of research, among which we can highlight the characteristics and concepts that are encompassed in the construction of knowledge. In the face of common sense, it is complex to distinguish the characteristics that make up the study of Regional History. In this Work we seek to historically analyze the concepts and debates that are part of this process of knowledge and understanding of the region.

Keywords: Regional history. Region. Regionalism. Representation.

Historia Regional: análisis historiográficos

Resumen

La Historia Regional está compuesta por numerosas áreas de investigación, entre las que podemos destacar las características y conceptos que se incluyen en la construcción del conocimiento. Frente al sentido común, es complejo distinguir las características que componen el estudio de la Historia Regional. En este trabajo buscamos analizar históricamente los conceptos y debates que forman parte de este proceso de conocimiento y comprensión de la región.

Palabras llave: hsitoria regional. Región. Regionalismo. Representación.

Na historiografia, o assunto abordado e discutido diz respeito ao significado do termo “História Regional”, com intuito de elucidar a compreensão sobre tais conceitos sobre região, história regional, regionalismo, identidade regional e representação. Portanto, destacamos como referência os trabalhos dos pesquisadores Albuquerque Júnior (2008), Bourdieu (1989), Carbonari (2009), Golin (2002). A partir da análise realizada sobre o trabalho destes pesquisadores, abordaremos as seguintes formas de interpretação sobre determinada região utilizada por eles com o objetivo de, analisar e compreender a importância explicativa desses conceitos para a construção do conhecimento historiográfico.

Região: historiografia e ciências sociais

No século XIX, o conhecimento científico possuía duas linhas de interpretação, a fonológica e a dualista. A fonológica afirmava que apenas com um planejamento metodológico é possível abordar um conhecimento científico; a dualista separa o conhecimento entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas. A história passou a ter obsessão pela evidência empírica, a qual possuiria legitimidade e neutralidade científica (CARBONARI, 2009).

A partir da análise metódica das relações entre as ciências sociais, há uma concorrência do domínio da ciência, perante ao campo científico que está envolvido. Não é possível dispensar a análise da relação entre a lógica da ciência e a da prática. Os debates se confundem em relação à noção de região e etnia, onde há preocupação em submeter à crítica lógica ao senso comum e a substituição dos princípios práticos pelos critérios lógicos controlados e fundamentados na ciência (BOURDIEU, 1989).

Com o surgimento das ciências sociais, o conceito de região passou a ser uma grande preocupação da geografia. Para entender a organização espacial faltava uma noção de entendimento sobre, a espacialidade menor inserida no contexto de uma espacialidade maior, assim o conceito de região insere-se nesse contexto. A região passou a ser entendida pelos fatores da natureza, físicos e climáticos em determinado recorte espacial (CARBONARI, 2009).

Com o passar do tempo, nota-se a evolução da historiografia e das práticas de pesquisa, onde as ciências sociais passaram a desempenhar papel fundamental nesse processo por elucidar o conhecimento. Neste caso, região enquanto conceito passou a ser um objeto de estudo, responsável pela relevância sobre essa temática e a compreensão dos fatores envolvidos, até então deixados à parte da pesquisa na área. Tais como os componentes característicos de análise do tempo, espaço, organização social, natureza e clima, predominantes nos locais que são objetos de estudo.

De acordo com Durval Muniz Albuquerque Júnior, na obra intitulada *“O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região”* (2008), a região pode ser considerada como um recorte espacial e este recorte pode ser feito tanto pelos elementos naturais, quanto pelos elementos político-administrativos. A história do regional é compreendida a partir dos acontecimentos no interior de seus limites e não a história da formulação dessas fronteiras regionais. Os discursos historiográficos apoderam-se da região para reivindicar um lugar acadêmico e político, no intuito de possuir um lugar para o saber que nesta área é produzido. A região é o argumento que serve para legitimar o que é produzido em torno de seu nome, assim esse saber historiográfico produzido, formula a identidade regional conferindo a ela um passado/memória, concebendo uma origem. A história regional possui a região por objeto de estudo, como objetivo político e como concedente de lugar no campo historiográfico, confere especificidade do saber na área da historiografia. A região concede um lugar político à historiografia regional e esta oferece um lugar para a região, na área do poder e do saber (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

A partir do conceito de região, é possível compreender a intenção de submissão dos instrumentos usados nas ciências sociais à crítica epistemológica na história social. O projeto de tomar para o objeto os instrumentos de sua construção, elaborar a história social das classes de pensamento no âmbito social, seria um desvio da intenção científica (BOURDIEU, 1989).

Segundo Albuquerque Júnior (2008), a região não é constituída em um objeto fixo, evidente, constituído por uma realidade inquestionável:

um referente de uma materialidade positiva e auto-expressiva. Na região existiriam problemas dignos de se tornarem preocupações de trabalhos de historiadores, mas ela mesma não seria um problema. Ela seria um dado facilitador para as necessárias demarcações e balizamentos espaciais requeridos pela pesquisa historiográfica. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 56, 2008).

Os historiadores estão familiarizados a pensar no tempo, em seu movimento e transformações, em função do estabelecimento de marcos temporais, que acarreta negligência em relação ao espaço como dimensão constituinte dos acontecimentos históricos. Os historiadores consideram o espaço a partir da existência humana (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Em relação a historiografia, é um processo de evolução e complementação, pois as ciências sociais funcionam enquanto instrumento de construção dentro da história social, assim compreende-se por que o espaço pode ser considerado a partir da existência humana, suas transformações na natureza e a formação de identidades, compondo uma ideia de “mundo social”.

O efeito do conhecimento que a objetivação do discurso exerce, não depende somente do conhecimento consentido para quem o possui, mas de como o discurso proclama a identidade ao agrupamento, a qual está fundamentada na objetividade do grupo a que se dirige e estes grupos possuem costumes em comum. No processo das lutas por identidade há a imposição de percepções que explicam a

estratégia do manifesto de movimentos artísticos. O mundo social é a representação da vontade, é o processo de existir socialmente e ser notado (BOURDIEU, 1989).

Segundo Carbonari (2009), em relação ao otimismo científico e as representações teóricas, está a ênfase do ponto de vista organizacional. A preocupação com a modernização e o crescimento, fez com que houvesse uma tendência em agrupar as múltiplas ciências sociais em projetos comuns, para valorizar a planificação. O crescimento econômico tornou-se necessário para a expansão do capitalismo, o qual leva implícito a planificação regional, assim a história enquanto ciência soma-se às preocupações científicas da época em que está inserida, pois a história indaga-se sobre as condições para observar o estado em que se encontra uma sociedade. A região era compreendida enquanto delimitação espacial estabelecida pelo investigador, e as regiões são recortes do espaço que interessam pela funcionalidade econômica tanto para o mercado quanto para a planificação do crescimento regional. Houve a necessidade de construir representações teóricas explicativas e contextualizar, no entanto, para incluir o espaço regional na explicação macro-teórica promoveu-se a elaboração de categorias de compreensão que possibilitaram contemplar o empírico, nesse segmento os modelos mais significativos para a história foram, o funcional estrutural e o marxismo estruturalista, que discutiremos no decorrer do artigo.

Região, pertencimento e poder

Os estudos regionais buscaram demonstrar as particularidades regionais e seus modos de vivências. A ação humana aproximou o processo de formação do espaço com a história regional, e possibilitou o reconhecimento de que todos os espaços são detentores de história, ou seja, toda história forma-se a partir de um espaço determinado. Assim, há a necessidade de estudos comparativos ao interpretar com singularidade a região (CARBONARI, 2009).

Segundo Albuquerque Júnior (2008), o historiador na qual demonstrou interesse na abordagem sobre região, embora ciente dos afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo e os projetos de conquista presentes, que fizeram parte do processo de instalação destas fronteiras e limites, as quais podem se reivindicar de origem natural, ancestral, divina ou legítima. As regiões são acontecimentos históricos, políticos, militares, diplomáticos, resultado dos conflitos, disputas e lutas. Ao falar sobre região entra em voga alguns assuntos como o domínio, apropriação, subordinação e exclusão; refere-se aos que foram vencidos no processo de implantação desta, aos que foram excluídos de seus territórios.

Região tem a ver com o reconhecimento das fronteiras e as questões de pertencimento. Compreender as linhas de força e os poderes que sustentam um recorte regional em específico. Refere-se a importância sobre a política, considerada pelos gregos antigos como a arte de governar a si e a polis. Em relação ao domínio, este deveria ser exercido com sabedoria e experiência, que devem ser acumulados. A

conquista depende das táticas e estratégias, para conseguir executar. O historiador da região deve questionar os saberes que deram forma, identidade, definição, que produziram características. O recorte espacial é sustentado, explicado e justificado por específicas formas de saber que se transformam em ações, discursos e práticas, ou seja, a região é resultado dos saberes e discursos que a formaram e a sustentaram.

Segundo Albuquerque Júnior (2008), a história regional, pela sua área de abrangência, corre o risco de transformar-se em instância de veiculação e legitimação de um recorte regional definido, por estar a serviço das forças e interesses de projetos políticos que se apoiam nesse espaço. A história regional, se não for dada devida atenção, pode ser adaptada e usada a favor de questões relacionadas a discursos identitários, ou seja, a história regional pode ser aprisionada em uma espécie de ilusão, difícil de separar região como um dado da realidade que emite um discurso legítimo. Fazendo assim uma crítica a muitos historiadores regionais, por mais que pertençam a um campo metodológico e científico de estudo, ao elaborarem um resgate histórico da região, deixam-se levar pelos discursos do tradicionalismo e regionalismo, perdendo a objetividade e racionalidade.

A história é formada a partir de algum lugar em específico, onde há a presença da ação humana no espaço, na região. Nesse sentido, ocorre a formação da sociedade e as lutas por poder, o que resulta na busca por legitimação desse poder. No processo de construção da sociedade, é possível identificar as formas em que o poder foi exercido, a formação e as características do espaço. Ao investigar o passado de determinada região, o historiador deve tomar cuidado em não aderir o modelo de história contada pelo tradicionalismo, Albuquerque Júnior (2008) evidenciou sobre isso e será trabalhado adiante, haja visto que esse modelo possui a vertente contada pelos grupos vencedores ou detentores do poder.

A região, para existir, não pode apenas ser uma demarcação administrativa ou política elaborada pelo Estado, deve existir para quem vive nela. O espaço está inserido nas relações sociais de produção. O modelo capitalista de produção, faz com que haja as regionalidades e toda sua estrutura de manutenção, havendo conflitos nesse processo de formação e conquista. O capitalismo possui uma rede de colonização, além dos espaços nas mentes humanas. A região além de fazer parte da realidade natural, econômica e política, está inserida em um processo de construção cultural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

A região muitas vezes é associada ao conceito de regionalismo, neste sentido, encontra-se tomada por sentimentos afetivos, emocionais, imaginários e utópicos na territorialidade envolvida. No processo de construção da identidade regional, ocorrem determinados fatores que reconhecem determinado território e a incorporam além da verdade e unificação no sentido externo ao ser, mas como a própria verdade e unidade do ser. O nascer em determinado lugar, acarreta que esse espaço possui sentimento de pertencimento como uma verdade e ocasiona em diferenças com quem não pertence a esse determinado lugar. A identidade regional está acompanhada do sentimento de pertencimento ao

regional. Desde a formação das civilizações humanas, tudo está relacionado ao território envolvido (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

As regiões entendidas como recorte espacial e instituição da construção humana, são fatores das elaborações ficcionais, no sentido de que são produtos das operações da aquisição de sentido em que os seres humanos buscam no intuito de dominarem tudo que os cerca. O surgimento das localidades se dá a partir da formação do sentido, ou seja, na necessidade de organizar o mundo, colocá-lo em ordem, dominá-lo. É uma invenção humana para ordenar a natureza, seja regiões naturais, econômicas, políticas, morais ou administrativas, tudo isso em busca de significado e ordenamento para a dominação, interligado à forma de poder. A região concentra-se em um processo contínuo de construção e desconstrução, está em movimento. Pode ocorrer que os movimentos regionalistas sejam reacionários em relação à história e considerem o tempo o inimigo da preservação do sentimento de pertencimento regional. A região é a paisagem, formato e características, é também as vivências e os sentimentos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Em relação ao território, a região é um conceito amplo em que além de ser um lugar geográfico e possuir estruturas de organização e poder, é um lugar de pertencimento do(s) indivíduo(s), é um lugar carregado de vivências e experiências, tanto de quem individualmente teve participação, quanto da população envolvida. Assim o ser humano busca transformar o espaço e a natureza, num meio para busca de benefícios.

Segundo Albuquerque Júnior (2008), a melhor forma do historiador trabalhar com o conceito de região e o regional, é através da desconstrução. Ao trabalhar a história regional não se deve afirmar a região, é preciso questioná-la e suspeitar de sua existência. A história regional consiste em colocar no tempo os espaços regionais, pensar as relações de poder e as camadas de saber. Faz menção aos historiadores para estarem alertas as dominações, relações de poder, alianças e intrigas, lutas, derrotas e vitórias responsáveis na formação de um dado recorte regional, na definição das fronteiras, na formação da paisagem, na instituição das manifestações culturais e costumes. O historiador regional deve ser aquele que colocaria em questão as versões, identidades e verdades que foram atribuídas as regiões, abriria espaço a novas possibilidades de simulação e significação em torno disso. Deveria fugir do ato de colocar a região na origem, no passado; todavia deve tomar o recorte regional como espaço de acontecimentos e experiências, disponível a outras possibilidades. O historiador é responsável por falar sobre o interior regional e levar a extroverter-lo a ponto de alcançar seus próprios limites no tempo e sentido. É função do historiador da região acompanhar desde o presente e elaborar o desmonte do que está aí, no sentido das ações, falas, acontecimentos etc. Daquilo que dava forma à região. Deve negar-se a reproduzir e veicular os discursos elaborados nessa construção. Para o autor, o historiador regional é responsável por trabalhar sobre aquilo que é mais próximo, visto e sentido, assim deve afastar-se como se fosse estranho e então tratar do assunto como se nunca tivesse visto ou conhecido.

A história regional deve nos trazer o estranho, afastar o que se vê estruturado, não sendo uma história celebrativa que propaga mitos e que reafirma as identidades. A história da região muitas vezes é elaborada como paródia de relatos e narrativas construídas, apoia-se aos discursos regionalistas a nível politiquês, mas também militante, impressionista e romântico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

O lugar dos historiadores regionais no Brasil, majoritariamente é assumido por historiadores que vivem fora da região de São Paulo e Rio de Janeiro, pois consideram-se afastados do centro da produção historiográfica nacional, dos considerados responsáveis pela elaboração da história da nação. Destaca-se neste sentido, a formulação de uma divisão acadêmica dos trabalhos intelectuais e considera, os territórios regionais e a posição do sujeito, como lugares efetivos de produção historiográfica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

É dever do historiador regional evitar a adesão a discursos regionalistas, pois esses discursos são construídos pelas classes dominantes para encobrir a verdade sobre a história regional e evitam desmascarar as contradições de classe e modo de produção. Compete ao historiador contrapor-se ao regionalismo por este ser a produção de um discurso, uma invenção sobre uma dada versão do regional. O discurso regionalista constrói a região de forma superficial, sem essência; é invenção (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Segundo Albuquerque Júnior (2008), é considerado importante que o historiador regional questione o papel que a historiografia e as práticas desempenham ao reafirmar uma identidade regional, deve-se questionar as elaborações sobre versões do passado e as invenções de tradições relacionados a questões de legitimação nos recortes específicos. A este respeito, é importante que o historiador esteja atento para os usos dos textos historiográficos, no sentido de elaboração da regionalidade. Torna-se necessário analisar o papel que a historiografia desempenha ao elaborar a sustentação do discurso regional, na constituição da realidade regional. Nesse sentido, o ensino de história é muito requisitado às demandas regionalistas, principalmente no que se refere a “preservação das raízes”, aliada a um discurso de salvação do contexto regional, assim abre-se espaço para as divergências entre as diferentes culturas. Cabe ao historiador a tarefa de induzir o questionamento referente aos muros e as divisões causadas pelas identidades regionais, que separam e alimentam preconceitos. Deve-se acabar com os estereótipos regionalistas que legitimam o ódio e a violência. A função do regionalismo está inclusa no processo de dominação da população. A história é capaz de usar esse discurso para aprisionar, ou para possibilitar um olhar crítico sobre esse sistema.

Espaço, pesquisas e contribuição historiográfica

A partir de Bourdieu (1989), é considerado que a região está em jogo, objeto de lutas entre cientistas, geógrafos, historiadores, etnólogos e economistas, devido a existência da política de regionalização e movimentos regionalistas. Os geógrafos foram os primeiros a demonstrarem interesse

pelo regional, muitas vezes apresentaram relatórios regionais bem detalhados sobre um determinado espaço. Estes relatórios, muitas vezes, parecem com monografias sobre pequenas regiões. É dada muita importância a fenômenos físicos e manifesta como se não houvesse intervenção do Estado e as movimentações do capital não causasse efeitos. Compara-se que o geógrafo se prende ao que vê, o economista prende-se ao que não vê. O geógrafo concentra-se no conteúdo do espaço e pouco além das fronteiras políticas ou administrativas da região de estudo, possui tendência a tratar sobre a economia de uma região como entidade de relações internas.

De outro lado, para o economista a região é tributária de outros espaços, está relacionada a uma natureza de fluxos que aumenta a interdependência das regiões. O geógrafo analisa as atividades de uma região como um fenômeno espontâneo do meio natural, o economista introduz o custo como ferramenta de análise. O economista designa os limites e fundamentos das estratégias científicas do geógrafo, pois a geografia ocupa parte significativa do espaço científico. Cabe a disciplina contentar-se com o que lhe é concedido, isola-se na região que as disciplinas (sociologia e economia) partilham. O autor analisa a relação de objeto de estudo entre geógrafos e economistas, no que se refere a região. De tal forma que é possível perceber como ambos tentam fazer prevalecer seu olhar sobre o outro, o geógrafo ao tratar das questões de espaço, elucida sobre as questões econômicas influentes nesse espaço; o economista aborda uma visão diferenciada sobre o regional, a partir de seu estudo em relação a economia, ou seja, chocam-se as análises.

Os historiadores têm pensado o espaço sob o olhar geográfico, muitas vezes reduzido à dimensão física, base empírica e fatores emergentes no século XIX. A tradição historiográfica, em que existe uma formação, consiste no espaço pensado como lugar de imobilidade, onde há a perpetuação de memórias. A linguagem desempenha papel na definição das noções espaciais e estas são responsáveis por originar as práticas espaciais, ações referentes ao espaço. As noções espaciais são a base que dirigem os projetos políticos e administrativos que estabelecem as fronteiras, domínios, territórios e nações. A ideia de região deriva de questões militares, era uma área que ficava sob comando de uma força militar ou regimento. Confunde-se com a noção de província, a qual significa um território vencido, submetido ao domínio romano, neste caso. No fim da Idade Média, houve o processo de centralização do poder, a região é considerada o território e está sob domínio do rei. A palavra região está associada à ideia de comando, domínio e poder. A espacialidade é um domínio, é regida e governada por alguém ou alguma força, é um espaço em que se exerce soberania, é resultante de conquista e formação de fronteiras. As operações de via estratégicas, administrativas, políticas, militares etc. Deram origem a região, tanto que as regiões possuem raízes na Antiguidade, à sombra dos exércitos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Existem momentos em que a política governamental está inserida no processo de regionalização e a momentos de ação regionalista. É a partir disso que a concorrência entre geógrafos e economistas se desenvolveu fortemente, quando a região se tornou de interesse dos economistas com o “ordenamento do território”, aplicou-se à realidade regional, uma generalização. Por outro lado, os sociólogos

interessaram-se pela ideia de transregional, que coincidiu com os movimentos regionais (BOURDIEU, 1989).

Na busca por critérios objetivos de identidade regional ou étnica, na prática social não se deve esquecer que esses critérios são objetos de “representações mentais” da percepção e de conhecimento, em que os agentes envolvidos incluem seus interesses, principalmente em estratégias de manipulação simbólica para determinar a representação mental que se tem dessas propriedades e seus representantes. Existe a luta das classificações que está relacionada a definição da identidade regional, portanto deve-se passar para além da oposição da ciência e fazer contra as noções da sociologia, entre a representação e a realidade, incluindo na realidade sua representação apoiada à luta das representações, em questão imagética e de manifestações sociais, as quais têm função de manipular as imagens mentais (BOURDIEU, 1989).

Em relação às lutas sobre identidade étnica ou regional, existem propriedades ligadas à origem do lugar e seus sinais correlativos, são casos das lutas de classificação, de conhecer, de impor definição das divisões no mundo social. O que realmente importa e está em disputa, é o poder de impor certa visão do mundo social, que efetua o sentido e consenso sobre as características do grupo (BOURDIEU, 1989).

Para explicar sobre o processo de definição de região e fronteira, Golin (2002) aborda como exemplo a ação política tomada pelo presidente Berro do Uruguai em 1860, na qual houve a ação em que “interpôs um limitativo à linha divisória que transcende o limite do Estado nacional”. Este ato foi a criação da linha de divisão da fronteira com o Brasil, o qual ocasionou frustração no processo de ocupação brasileiro, considerado pelos uruguaios como imperialista.

Em relação ao reconhecimento da região enquanto um fator importante, não é um método em que se apanha a parte pelo todo, portanto a região não poderá ser considerada o mesmo que território. O objetivo não é a procura de territorializar mitos, mas a busca pela compreensão do processo em que a sociedade e o território se inventam ao mesmo tempo (GOLIN, 2002).

Não é possível sustentar a existência de critérios para fundamentar as classificações consideradas naturais nas regiões e separadas por fronteiras naturais. A fronteira é o resultado da divisão que se atribui o fundamento de realidade, a partir dos elementos presentes que são reunidos, através das semelhanças. Em questão de realidade, ela é social de parte e as classificações naturais afirmam-se em características, que não são naturais e que são imposição de uma relação de forças no terreno das lutas pela legítima demarcação. A fronteira enquanto processo da delimitação, evidencia a diferença cultural, neste sentido é possível perceber que a vontade política pode desfazer o que foi produzido pela história. Assim a ciência pretende elaborar os critérios fundamentados na realidade, na qual não pode esquecer de se limitar a registrar a luta das classificações, onde há a relação entre as forças simbólicas ou materiais entre aqueles que possuem interesse em algum modo de classificação, onde é invocada a autoridade científica para sustentar a realidade e a divisão que pretendem impor (BOURDIEU, 1989).

A região é compreendida enquanto espaço social, no qual foi construído historicamente e lidera uma forte polêmica em torno da identidade. Assim, só pode ser entendida como parte de um contexto maior (GOLIN, 2002).

No processo de compreensão sobre região, acrescenta-se sobre a fronteira, onde é possível perceber a significância de cada, ambas são partes de um processo com respectivas definições. A região relaciona-se ao espaço; a fronteira relaciona-se a delimitação, a qual cabe deduzir seja natural e/ou física, no componente do campo da ciência.

O discurso regionalista pretende impor como legítima a nova definição de fronteiras e reconhecer a região delimitada, em contraponto à definição existente dominante. Existe o ato de categorização que pretende se fazer reconhecer, sendo assim exercido por autoridade reconhecida, o qual exerce poder, neste sentido as categorias étnicas e regionais são responsáveis pela instituição de uma realidade de poder que é exercido pela “objetivação no discurso” (BOURDIEU, 1989).

É possível compreender a necessidade de explicar a relação existente entre as lutas pelo princípio e divisão que estão envolvidas no meio científico e no campo social. As decisões tomadas a respeito, aderem a uma posição relacionada à objetividade em relação a existência atual e potencial de uma região, etnia ou classe social. O discurso científico causa um efeito considerado simbólico pela consagração de um estado de divisões, torna-se inevitável quando os critérios objetivos necessitam de outros conhecimentos, para serem usados nas lutas simbólicas pelo conhecimento, assim são designadas as características informantes da ação simbólica da produção de unidade ou na crença desta para gerar a unidade. Os pareceres considerados neutros cientificamente, contribuíram para alterar o objeto da ciência, assim, a região ou o nacional são postos na realidade social (BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu (1989), tenta-se fugir da alternativa desmistificadora do registro de critérios objetivos e da ratificação mística das representações que se mantém perante a realidade das classificações objetivas, que aderem em forma de instituição e de relação representada com as classificações e estratégias que os agentes tentam colocar a serviço de seus interesses, além de haver as relações de forças objetivas materiais e simbólicas, em que os agentes possam classificar outros agentes inseridos nas relações objetivas e estratégias simbólicas de representação. O regionalismo é um caso de lutas simbólicas, em que os integrantes estão envolvidos, seja de forma individual ou em grupo, nesse sentido está em jogo a transformação ou conservação das relações entre a força simbólica e as vantagens correlativas que podem ser econômicas, esse processo também pode ser considerado na formação das leis para a formação dos preços materiais ou simbólicos ligados a identidade social.

A economia dos conflitos regionalistas deveria determinar os princípios das diferentes categorias de agentes envolvidos nessas lutas, onde se distribuem entre partidários e contrários ao poder local. Neste sentido, os estudiosos atuam em um papel determinante no trabalho simbólico, muito importante para contrariar as forças incentivadoras a unificação do mercado de bens culturais e simbólicos e os efeitos causados aos defensores das línguas e culturas locais (BOURDIEU, 1989).

Segundo Carbonari (2009), destaca-se a importância da teoria na história, no que se refere ao abordar o regional, haja visto que a história nacional deixou vazios historiográficos nas regiões interioranas. Nessa questão, considera que a macro-teoria contribui sobre a compreensão da realidade regional dentro de sua perspectiva histórica. Aborda que os escritos referentes a província eram histórias urbanas da capital e sobre a região de Rio Cuarto também eram histórias urbanas, porém de uma localidade menor. O conceito de região acerca da compreensão de uma área territorial mais ampla estava ausente, pois não era preocupação dos historiadores locais. A história regional estava para ser construída. Indaga sobre as mudanças de perspectiva frente ao particular que se havia produzido, que permitiu uma nova reflexão sobre o estudo teórico da região em relação ao particular e o geral.

Os estudos regionais deixavam de ser dados em si mesmos sobre a realidade, para implicar conceitos regionais que se explicavam em função de um contexto maior. O modelo funcional estrutural e as teorias regionais estão ligados ao estruturalismo francês da Escola dos Annales e ao marxismo científico. O estruturalismo foi incorporado pelos Annales e o mais exitoso foi proposto por Braudel em 1948 na obra *“O Mediterrâneo e o mundo do Mediterrâneo na época de Felipe II”*, foi um trabalho que se transformou em parâmetro para os estudos regionais europeus pelos Annales da segunda geração. A obra ganha importância decisiva pelo entendimento de espaço e sua relação com o tempo, além de inaugurar um novo diálogo entre a história e a geografia. Braudel acreditava que a história se adaptava aos pontos de vista das ciências sociais e construía novos instrumentos de conhecimento e de investigação de modelos (CARBONARI, 2009).

Outro enfoque, a perspectiva estruturalista foi abordada por François Chevalier em 1952 com *“La Formación de los latifundios en México: tierra y sociedad en los siglos XVI y XVII”*, mais tarde transformou-se em modelo em história econômica para o México e América Hispânica. Essa obra aborda as estruturas econômicas e sociais que se haviam herdado do Império Espanhol e que deram origem e consolidação ao latifúndio, através do modelo de hacienda que gerava uma estrutura agrária e relações econômicas de domínio desde o período colonial. Essa problemática possibilitou aos estudos regionais conhecer cada particularidade e apontar tanto semelhanças, como diferenças existentes. A hacienda poderia ser uma forma de mostrar a existência de formas coloniais que perduraram através do tempo e que poderiam impedir formações econômicas modernas (CARBONARI, 2009).

Segundo Carbonari (2009), o modelo funcional-estruturalista e marxista, compartilha de certos princípios científicos como o fazer história total, considerar a história econômica como fundamental e a preocupação com o método de comparação. A região como categoria científica consistia em hipóteses a verificar, comprovar ou refutar. Quanto mais determinista e estruturado for o modelo, a região assume a perspectiva de ser um mero exemplo na totalidade. O modelo funcional-estruturalista insistia nos trabalhos empíricos, enquanto o marxismo mantinha a perspectiva dialética, conflitiva e denunciadora, preocupando-se em explicar a distribuição desigual da riqueza nas regiões e transformar em objeto de estudo. A história regional científica e em versão nomotética surgia articulada a uma metodologia precisa

para abordar espaços interiores. Assim resulta em um conceito útil e mais sincrônico abordado a partir das tipologias e um conceito diacrônico a partir da historicidade do espaço.

Existe o processo chamado “revolução simbólica” que é contrária a dominação simbólica e a intimidação que exerce, não apenas na conquista de identidade, todavia na reapropriação coletiva sobre a construção e avaliação de sua própria identidade, a qual o dominado abdica em favor do dominador, aceita ser subserviente e negado, para ser reconhecido. Pode parecer distante, mas dentro da reivindicação regionalista, a ideia de nacionalismo sem território, que serve de resposta a estigmatização que é produzida dentro do território em que ela pertence. Se a região não existisse enquanto espaço definido pela distância econômica e social em relação ao centro, estaria privada dos recursos da capital, sem requerer sua existência (BOURDIEU, 1989).

Em correspondência com o marxismo, a corrente da geografia crítica vai entender a região também como um espaço de relações econômicas, segundo a apropriação do espaço e de mecanismos de produção que foram se formando com o tempo. As regiões se explicam por processos que são gestados historicamente e se vinculam à expansão do capitalismo que reordena os espaços. Surge uma preocupação desde a história enquanto resgatar a conformação de espacialidades diferenciadas a partir da entrada do capital e sua capacidade de transformar o espaço natural em artificial. A região enquanto entidade concreta, se concebe como resultado de múltiplas determinações e se caracteriza por uma natureza transformada pelas heranças culturais e materiais e pela estrutura social com suas contradições próprias. O espaço regional não é espaço fixo, é um espaço social com conjuntos heterogêneos em interação contínua e analisá-lo implica em vê-lo como um espaço dinâmico em movimento (CARBONARI, 2009).

O espaço compõe a região e a pesquisa científica possibilita estudos que induzem a descoberta de novos fatores. Nesse caso, é possível analisar a relação entre as correntes geográficas e marxista a questão regional, a funcionalidade, as questões sociais e econômicas envolvidas na composição do local e da sociedade em questão. A partir de tais métodos, é possível prover a base a novos estudos regionais, com questões que não tiveram oportunidade de serem trabalhadas, responsáveis pela contribuição do processo da construção historiográfica.

Para Carbonari (2009), na ciência histórica se fazem anúncios apolíticos como o “fim das ideologias”, “fim da história” e se apontam vários retornos em relação a narrativa, biografia e o acontecimento. Essas mudanças afetaram as formas da construção do conhecimento histórico e a maneira de entender a região. Houve uma redefinição de região desde o antropológico, vinculando-a a identidade particular, a qual era global. Em fins de século XX, a noção de espaço estava em questão no mundo globalizado e as transformações do século XX tornaram obsoletas certas ideias, como a de “unidade geográfica elemental” proposta por Pierre George em 1958. A localidade se torna global quando se articula “de forma dinâmica ao sistema capitalista mundial”, na qual é a condição necessária para a consolidação da globalização. Nisso o espaço perde sua condição específica anterior porque agora é outro espaço que se articula com

espaços de outra natureza, perde a identidade particular. A perda da identidade local acompanha a perda do vínculo com a terra e suas raízes, isso implica em uma desterritorialização e escapa das particularidades regionais aos seus valores. No momento em que o espaço se unifica à economia mundial, as regiões se transformam em distintas versões da mundialização.

É importante analisar através do processo da globalização, a interligação entre as regiões, locais e a proximidades, com que ocorre através do avanço tecnológico. A função que os estudos historiográficos e geográficos ocupam na construção da ciência, na possibilidade de produção de bases sólidas de pesquisa. O papel do historiador na produção do conhecimento a nível local e global, mesmo que haja uma crescente homogeneidade em certas características regionais pelo avanço das pesquisas e da tecnologia.

Considerações finais

A respeito da análise empreendida sobre os assuntos aqui abordados, acerca dos conceitos de região e regionalismo, é possível compreender a pluralidade de ideias e fatores envolvidos em torno dessa estrutura, a qual é responsável pelo debate desses assuntos e a chegada ao entendimento sobre o que os conceitos de espaço, região e fronteiras abrange. Contudo em história regional é possível compreender sobre a importância desta temática, adiciona-se as particularidades de cada local, que servem para enriquecer no processo da construção do saber, na difusão de tal conhecimento, haja vista as peculiaridades que muitas vezes passam despercebidas por aqueles que não tenham domínio dos conceitos referentes a região. Portanto, é importante que continuem a ser feitas pesquisas e estudos sobre essa temática, como forma de expandir as áreas do conhecimento.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. Disponível em:

file:///C:/Users/USER/Desktop/Mestrado/Hist%C3%B3ria,%20Regi%C3%A3o%20e%20Fronteiras/durval_o_objeto_em_fuga.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 107-132.

CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. **História Unisinos**, vol. 13, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2009. Disponível em:

file:///C:/Users/USER/Desktop/Mestrado/Hist%C3%B3ria,%20Regi%C3%A3o%20e%20Fronteiras/hrf_e_como_explicar_la_region_carbonari.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002

“A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”